

MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

MS 107 – SEGURANÇA INTERNA E DIREITO POLICIAL (SIDP)

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor José Fontes

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

ECTS: 5

Horas de contacto: 15

Contacto do docente: jose.fontes@academiamilitar.pt

2 – OBJETIVOS

A disciplina de Segurança Interna e Direito Policial visa proporcionar aos estudantes a compreensão sistémica não apenas da teoria da organização e função das Forças Policiais enquanto corpo institucional de um Estado de Direito como igualmente as normas e os princípios jurídicos que regem a sua atividade, definindo os seus poderes e estabelecendo os limites da sua ação em relação aos direitos dos cidadãos e ao âmbito de atuação de outras forças de defesa.

3 – PROGRAMA

1. Enquadramento

- 1.1. A criação de Estados: perspetivas histórica e atual
- 1.2. Os fins e as tarefas do Estado: a segurança
- 1.3. O Estado de Direito e as novas abordagens da segurança
 - 1.3.1. Segurança nacional, segurança interna, segurança coletiva, segurança humana e segurança do Estado
 - 1.3.2. Os Direitos Humanos
- 1.4. Globalização e insegurança
 - 1.4.1. O terrorismo e a criminalidade em rede
 - 1.4.2. Os Estados *falhados*
- 1.5. O Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça

2. Estado de Direito Democrático e Segurança Interna

- 2.1. Constituição e Segurança Interna: a Constituição da Segurança
- 2.2. O sistema de segurança interna: a Lei de Segurança Interna
 - 2.2.1. Segurança interna: atividade, fins e princípios fundamentais
 - 2.2.2. Estrutura
 - 2.2.3. As Forças e Serviços de Segurança
 - 2.2.4. Outras Estruturas
 - 2.2.5. As Forças Armadas

3. Estado de Direito Democrático e Polícia

- 3.1. Polícia e Constituição
- 3.2. O Direito Policial
- 3.3. A Polícia: Fins
- 3.4. Organização: princípios estruturantes

3.4.1. Modalidades de polícia

3.5. Atividade e atuação operacional: princípios fundamentais

3.5.1. Medidas de polícia e medidas especiais de polícia

4. O sistema integrado de controlo

5. Prospetiva: os novos desafios

4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito, podendo ser substituído por trabalho escrito.

5 – BIBLIOGRAFIA

- AAVV, Estudos de Direito de Polícia (org. de Jorge Miranda), 2º vol, Lisboa, 2003

- AAVV, Traité de Sécurité Intérieure, Lausanne, 2007

- AAVV, Leis de Direito da Segurança, 2ª ed., Quid Juris, Lisboa, 2014

- AAVV, National Security, Civil Liberties and the War on Terror, Prometheus Books, New York, 2011

- AAVV, Estudos de Direito e Segurança (org. de Bacelar Gouveia): I vol., Almedina, Coimbra, 2014; II vol., Almedina, Coimbra, 2014

- AAVV, Manual del Policía (coord. de José Escalante Castarroyo), 5ª ed., La Ley, Wolters Kluwer, Madrid, 2008

- AAVV, Enciclopédia de Direito e Segurança (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- Armando Carlos Alves: Em busca de uma Sociologia da Polícia, ed. da GNR, Lisboa, 2008; Contributos para uma Sociologia da Polícia, ed. GNR, Lisboa, 2011; Emergência de uma Sociologia da Polícia, ed. GNR, Lisboa, 2013
- Bobbit, Philip (2008), Terror and Consent. The Wars for the Twenty-First Century, New York, Penguin Books
- Edwards, Adam; Gill, Peter (2003), Transnational Organised Crime: Perspectives on Global Security. Routledge
- Carlos Branco, Guarda Nacional Republicana – contradições e ambiguidades, Edições Sílabo, Lisboa, 2010
- Henrique Dias da Silva, O Código de Procedimento Administrativo e a atividade de polícia, in JURISMAT – Revista Jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, nº 2, Portimão, maio de 2013, pp. 161-198
- João Freitas Raposo, Direito Policial, I, Almedina, Coimbra, 2006
- Jorge Bacelar Gouveia, Direito da Segurança, Almedina, Coimbra, 2018
- Jorge Silva Paulo, A Autoridade Marítima Nacional, Lisboa, 2015
- José Fontes, O Direito ao Quotidiano Estável — Uma Questão de Direitos Humanos, Coimbra Editora, 2013 (ISBN 978-972-32-2208-1); A Arte da Paz: A ONU e Portugal no Combate ao Terrorismo — Estudo de Direito e de Política Internacional. Wolters Kluwer Portugal e Coimbra Editora, 2011; *Externalização da Defesa e Segurança do Estado*. Revista Segurança e Defesa, 19, outubro – dezembro, 2011

- Manuel Guedes Valente: Teoria Geral do Direito Policial, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2014; Segurança – um tópico jurídico em reconstrução, Âncora Editora, Lisboa, 2013

- Marc Le Blanc et Maurice Cusson eds. (2010), Traité de Criminologie Empirique, Les Presses de l'Université de Montréal, 2010

- Miguel Nogueira de Brito, Direito de Polícia, in AAVV, Tratado de Direito Administrativo Especial (coord. de Paulo Otero e Pedro Gonçalves), I, Coimbra, 2009, pp. 281-456

- Nelson Lourenço, Cidades e Sentimento de Insegurança, in E.A Pereira Júnior, e outros (org. Um toque de qualidade, Eficiência e Qualidade na gestão da Defesa Social), Belo Horizonte, 2010; Globalização, Metropolização e Insegurança: América Latina e África, Revista de Direito e Segurança, Janeiro – Junho, Ano 1, nº 1; Legitimidade e Confiança nas Polícias, Revista do Ministério Público, 2012, Janeiro – Março, Ano 33, nº 1

- Nelson Lourenço e Manuel Lisboa, Violência, Criminalidade e Sentimentos de Insegurança, textos, Centro de Estudos Judiciários, nº 2, 91-92, 92-93, pp. 45-64

- Sérvulo Correia, Polícia, in Dicionário Jurídico da Administração Pública, VI, Lisboa, 1994

6 – LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa

Lei de Segurança Interna

Lei da Organização da Investigação Criminal

7 – JURISPRUDÊNCIA

A indicar